



Valor Econômico – 06 Abr 2004

Grupos de trabalho vão debater regulamentação do modelo da energia

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, reuniu-se ontem com os presidentes das empresas de energia, representantes das grandes indústrias consumidoras e produtoras de eletricidade como a Companhia Vale do Rio Doce, Votorantim e Alcoa, além dos presidentes das associações representativas do setor elétrico, para o início da segunda etapa de regulamentação do novo modelo. Dilma se comprometeu junto aos agentes a mostrar-lhes as minutas dos decretos antes que fossem enviados à Casa Civil para a assinatura do presidente da República. A postura mais democrática da ministra foi elogiada pelos investidores.

Os primeiros decretos sobre o novo modelo deverão ser publicados no início de maio e deverão tratar dos procedimentos de comercialização elétrica no país. Nas duas próximas semanas, equipes técnicas ligadas aos investidores privados se reunirão com técnicos do governo para definir detalhes da regulamentação.

Na reunião de ontem, foi estabelecido que seriam formados três grupos de discussões, que iniciariam nova rodada de encontros a partir do dia 13, em três manhãs seguidas, segundo informação do presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales.

O primeiro grupo é formado pelas empresas e associações representativas do segmento da geração: Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage) e Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget).

O segundo grupo abrange os segmentos de distribuição e comercialização de energia e é formado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) e Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). E o terceiro grupo é formado pelos consumidores eletrointensivos e auto-produtores de energia: Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace); Associação Brasileira do Alumínio (Abal); Associação Brasileira da Indústria Química (Abiclor) e pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

O novo presidente da Apine, Luiz Fernando Vianna, empossado na semana passada, afirmou que entregou por escrito à ministra as sugestões da associação para as discussões desta rodada. A Apine, juntamente com a Abrage e a Abraget, farão a primeira reunião técnica, na próxima segunda-feira. Segundo Vianna, a associação propõe mudanças ou esclarecimentos de medidas propostas pelos artigos 17, 18, 19, 8º, e 2º da Lei 10.848, que define o novo modelo de energia do país.

Dentre as sugestões, a garantia de que a energia existente preceda a contratação da geração nova e que sejam utilizados, na fase de transição, os mesmos critérios de repasse dos custos para a energia que hoje é vendida com um ano de antecedência (na transição, essa antecedência poderá ser de até cinco anos).

A Apine também prega contratos de longo prazo para a energia existente a partir de 2009 e quer maior incentivos para que as distribuidoras contratem efetivamente 100% do mercado previsto, com antecedência de no mínimo três anos. As geradoras independentes pedem ainda maior tolerância de margem de erro para as distribuidoras que contratarem com prazos maiores de antecedência.

A Apine também quer que as usinas que hoje estão com energia contratada possam participar dos leilões de energia nova, benefício que foi estendido aos projetos em operação desde 2000, contanto que estivessem com essa energia hoje livre.

Os produtores independentes pedem que seja definido e divulgado antes dos leilões os custos marginais do processo licitatório, para que os investidores possam calcular previamente sua oferta. (LC)